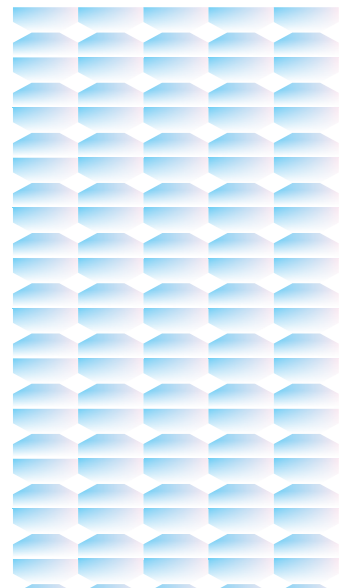
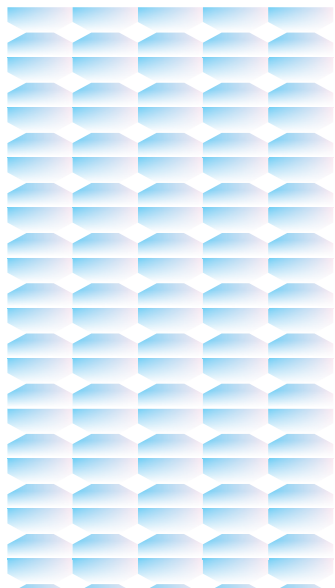


ENTREVISTA



As profundas transformações na cultura digital

The deep transformations in digital culture

Las profundas transformaciones de la cultura digital

Entrevista com André Lemos

Realizada por Krishma Carreira

Faculdade Paulus de Comunicação – FAPCOM

<krishma.carreira@fapcom.edu.br>

Krishma Carreira: Há 11 anos, o senhor foi coautor de *O Futuro da Internet: Em Direção a uma Ciberdemocracia Planetária*. Hoje, como entende o futuro da internet? O que podemos esperar?

André Lemos: Estamos presenciando uma transformação profunda na cultura digital. Os ideais emancipadores, libertários e democráticos da sua origem estão em crise pela dinâmica do que chamo de plataformização, dataficação e performatividade algorítmica em todos os setores da vida social. Escrevi sobre isso em alguns dos meus últimos artigos¹ e em meu último livro, *A Tecnologia é um Vírus* (Sulina, 2021). A ideia de inteligência coletiva (Lévy) ou conectiva (Kerkhove) me parece presente, mas em perigo pelo atual estado do capitalismo de dados, que muitos pesquisadores chamam de capitalismo de vigilância (pelo controle, monitoramento e indução de ações a partir da coleta, análise, processamento e distribuição de dados pessoais) e que podemos apontar como capitalismo da dataficação, ameaçando a soberania dos povos e o futuro da internet.

Krishma Carreira: A internet possibilitou filtros e vivemos uma era de *fake news*. Estas questões têm impactos em eleições e contribuem para estremecer as democracias. Que caminhos o senhor enxerga como possíveis? Ou seja, como exercitar a utopia para pensar na ciberdemocracia? O senhor a vê como algo viável? Se sim, como?

André Lemos: *Fake News* podem ser traduzidas como notícias falsas, mas em termos jornalísticos é um erro. Isso tem levado muitos a confundirem *Fake News* com jornalismo. Se pensarmos como desinformação, conseguimos enquadrá-las no que realmente são: informações inverídicas construídas e disseminadas em redes sociais, sites, aplicativos... com intuito de minar a esfera pública e/ou de atacar grupos ou indivíduos. Elas simulam informações jornalísticas, mas são de fato uma ação política intencional. Erro jornalístico não é *Fake News*. Há vieses nas mídias jornalísticas, e para manter a similitude com o termo podemos dizer que no jornalismo profissional massivo temos “*Invisible News*”, informações que não aparecem por interesses corporativos ou ideológicos, mas não a produção de informação deliberadamente falsa. Estou falando, obviamente, de jornalismo sério. *Fake*

1 LEMOS, A. Plataformização, dataficação e performatividade algorítmica (PDPA): Desafios atuais da cibercultura. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sonia C. (Orgs). **Fluxos Comunicacionais e Crise da Democracia**. São Paulo: Intercom, 2020. p 117-126.

News é ação política e, assim sendo, está gerando uma pandemia informacional (pandemia, pois global e não apenas endêmica) visando a afetar, dirigir, induzir comportamentos, ameaçando as democracias contemporâneas, como vimos nas eleições do presidente americano Donald Trump e na eleição e na gestão do presidente Bolsonaro, aqui no Brasil. Na minha opinião, o importante é criar múltiplas barreiras, já que nenhuma por si só vai impedir essa pandemia: mecanismos jurídicos, tecnológicos, educacionais, político-institucionais, educacionais...

Krishma Carreira: Qual é a característica que mais o preocupa na cibercultura hoje? Por quê?

André Lemos: Como apontei acima, a cibercultura contemporânea se transformou numa grande máquina de extração de dados, dominada por cinco grandes empresas no Ocidente (americanas) e cinco grandes no Oriente (chinesas). Mostrei em um artigo recente² como essa extração de dados se dá em três níveis: vida social e política; requisição digital da natureza; e produção do conhecimento. Cada uma dessas parcelas cria tensões e problemas, pois todas as áreas da vida contemporânea passam por processos ligados à economia da dataficação, gerando iniciativas de vigilância, monitoramento e controle, reduzindo a capacidade de autonomia e de soberania dos povos. Com isso, induzem-se ações futuras na dinâmica das relações sociais e políticas, como apontamos acima no exemplo das *Fake News*; transforma-se a natureza em um “reservatório” de matéria e energia

para produção de artefatos eletrônicos e para alimentar as nossas ações na rede pelo processamento dos dados em *datacenters* (ampliando nossa pegada de carbono e a crise do Antropoceno); e reduz-se o conhecimento ao datafocado, já que a inteligência artificial passa a ser, como diz Kate Crawford, a única cartografia possível. Estou pesando aqui o meu argumento, pois quero comparar com as ideias emancipadoras do início da cultura digital. A Internet é ainda uma rede de conhecimentos, liberdade e emancipação política, mas está sob ameaça. O grande desafio, na minha opinião, é restaurar formas anteriores de liberdade e de conhecimento, frear formas de vigilância, enquadrar e auditar algoritmos, inibir a implementação sem estudos ou leis de práticas de biometria, pensar sobre a soberania que é hoje o fornecimento de dados sensíveis (pessoais, empresariais, governamentais) a empresas e governos estrangeiros; reforçar a capacidade inovadora, científica e tecnológica nacional... Precisamos participar não apenas como consumidores desse processo, ou fornecedores de dados para gerar inteligência e novos produtos e serviços fora do país.

Krishma Carreira: Em um texto recente, o senhor fala sobre a dataficação da vida na atual fase de desenvolvimento da cultura digital a partir de três eixos: relações sociais, conhecimento e natureza. O senhor tem alguma reflexão a respeito da dataficação que ainda não materializou em livros ou artigos, mas que acha importante aprofundar? Ou sugere algum ponto importante para outros pesquisadores?

2 LEMOS, A. Dataficação da vida. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021.

A cibercultura contemporânea se transformou numa grande máquina de extração de dados, dominada por cinco grandes empresas no Ocidente (americanas) e cinco grandes no Oriente (chinesas).

André Lemos: Sim, conforme expliquei acima. Mas uma questão importante parece-me ainda pouco desenvolvida. É o que o pesquisador Colin Koopman chama de “Infopower”. Esse *infopower* é um sistema que se alimenta de dados a partir de diversas práticas de formatação (entrada, processamento e saída de dados) e que vai nos constituir pragmaticamente, como sujeitos. Somos muitas coisas, mas somos nossos dados. Assim, é importante atentar, política e tecnicamente, às formas de produção desse sujeito datafocado. Koopman chama esse sujeito de “informacional”, produzido e performado pelos sistemas de dataficação. Temos isso em todas as áreas hoje, do Currículo Lattes até o cadastro da farmácia. Não tomar por neutros os sistemas de formatação, ou seja, o *infopower*, é fundamental para pensarmos a autonomia e a soberania na atual cultura digital. O mais importante é atentar, como diz Koopman, para o despreparo da comunicação política em entender esse *infopower*. A ação política hoje deve ser pensada não apenas como “comunicativa” (Habermas), mas produzida e performada pelo *infopower*. Vou explorar isso em artigo que está sendo escrito neste momento.

Krishma Carreira: Vamos falar sobre cidades inteligentes? A ideia envolve inúmeras vantagens, como deslocamentos urbanos com maior fluidez. Mas como o princípio

da cidade inteligente é baseado em dados e em tomadas de decisões algorítmicas, também pode levar a discussões sobre privacidade e controle, com o uso de dispositivos de reconhecimento facial, por exemplo. Então, vou desdobrar essa questão em quatro. Em primeiro lugar, o que podemos chamar de cidade inteligente?

André Lemos: Eu costumo dizer que toda cidade é inteligente à sua maneira. Mas quando se fala de cidades inteligentes, nesse sentido, estamos nos referindo ao uso intensivo de tecnologias de comunicação e informação, sensores, inteligência de dados, aplicativos, sistemas de consulta que visam a dotar os cidadãos e os gestores públicos de informação que pode auxiliar na dinâmica e gestão da vida urbana. Muitos chamam essa forma de ação como “urbanismo dirigido por dados” (*datadriven urbanism*), ou como “sistemas operacionais urbanos”. Em geral, esses projetos estão revestidos de um caráter utópico, tecnodeterminista e de vigilância social, com os centros de controle e vigilância.

Krishma Carreira: Em segundo, quais são as melhores experiências em curso e por quê?

André Lemos: Há experiências interessantes em Dublin, Amsterdã, Boston, Barcelona, mas não há um modelo, ou uma experiência que possa servir de baliza para outras. Cada cidade deve encontrar as suas

formas, em virtude de suas particularidades. Parece que a participação cidadã, a parceria entre municipalidade, comunidades, universidades e empresas é uma constante nas melhores experiências. O ideal é a construção de inteligência de dados na tentativa de melhorar a vida em comum e que não sejam apenas, como temos em muitas cidades, majoritariamente ações de vigilância, monitoramento e controle para lidar com problemas da segurança pública, ou como vitrine para venda de tecnologia.

Krishma Carreira: Em terceiro, como o Brasil está em termos de cidades inteligentes, já que vivemos em um país em que, muitas vezes, falta o básico?

André Lemos: Muitas cidades brasileiras têm desenvolvido projetos que vão nesse sentido: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife... Essas cidades têm projetos específicos, tanto na constituição de infraestrutura de conexão, *hackathons*, incubadoras de *startups*, centros de controle e vigilância, como diversos aplicativos para melhoria do transporte ou transparência de informação sobre serviços ou participação cidadã. Cabe analisar caso a caso, mas o que importa é que cada cidade pense e valorize suas inteligências particulares e não adote soluções padronizadas. Não há soluções homogêneas para pensar a utilização de TICs no espaço urbano.

Krishma Carreira: E, em quarto lugar, como vê essa questão da privacidade e de controle no contexto das cidades inteligentes?

André Lemos: Como eu disse anteriormente, muitos desses projetos são apenas ações para ampliar a eficácia da vigilância

pública, por sistema de controle de movimento de pessoas, do transporte público, de produtos e para ampliar a ação policial. Além disso, esses sistemas coletam dados dos cidadãos na esfera pública, muitos dos quais de uso compulsório. Consequentemente, esses projetos devem ter sistemas de proteção robustos e de acordo com as leis vigentes, regulando o uso dos dados pessoais e sensíveis. A questão da dataficação, como apontamos acima, é uma dimensão muito forte dos projetos de cidade inteligente no mundo. Como vimos, chamamos esse novo modelo econômico de capitalismo de dados ou de vigilância justamente por causa do uso dos dados para seu funcionamento em um quadro de análise e ações propositivas. A vigilância de dados, a ameaça à privacidade e a soberania são processos inerentes à dataficação nos projetos de cidades inteligentes. Devemos estar atentos para que o uso dessas tecnologias seja implementado em prol do bem comum.

Krishma Carreira: Sabemos que os sistemas algorítmicos (formados por atores também humanos) impactam a sociedade de várias formas. Por isso, eles deveriam chamar mais a atenção de jornalistas como objeto de investigação, pois configuram um interesse público. O senhor concorda com esse pensamento? E se sim, o que vê como necessário e possível?

André Lemos: Os sistemas algorítmicos estão em toda parte. Hoje, quando falamos em algoritmo, estamos nos referindo a sistemas mais complexos de inteligência artificial. Hoje ela está no reconhecimento facial, nos dispositivos de comando de voz, nos semáforos, nas redes sociais... Portanto, entender a agência desses algoritmos é

Dentre os impactos sociais, está o jornalismo. Os algoritmos não só impactam a empresa jornalística, como suas práticas, e devem ser objeto de reflexão e de formação dos jornalistas.

fundamental, mesmo que não tenhamos sempre acesso aos códigos. Pode-se analisar pragmaticamente aquilo que eles fazem-fazer. Estamos em meio a uma cultura algorítmica, pois eles balizam as relações sociais, o conhecimento e a relação com a natureza. Dentre os impactos sociais, está o jornalismo. Os algoritmos não só impactam a empresa jornalística, como suas práticas, e devem ser objeto de reflexão e de formação dos jornalistas. Editei recentemente um número especial da *Brazilian Journalism Research*³ mostrando as diversas facetas dessa relação.

Krishma Carreira: Falando sobre vieses dos algoritmos: como reduzi-los ou evitá-los?

André Lemos: Recentemente, estive num debate e o professor Demi Getschko falou algo com o que concordo completamente. Sempre falamos que os algoritmos produzem vieses, ou seja, discriminação, que podem ser de cor, sexo, etnia etc. Muito se fala em retirar os vieses, como se os algoritmos pudessem ser neutros. Sabemos que tudo é construção e que devemos questionar as suas formas e dimensões, mas não achar que um objeto técnico possa ser neutro. Getschko dizia que o que deveríamos fazer é “injetar” vieses nos algoritmos, ou seja, construí-los sempre com base no comum,

na liberdade, no respeito à dignidade do outro... Isso para algoritmos de relevância pública, como diz Gillespie. Não fazer isso é ficar refém de consequências imprevistas. É preciso minimizar as consequências discriminatórias, gerando estudos mais sistemáticos, sobre que sistemas devem ou não ser adotados. Nem tudo que é factível deve ser implementado. Por exemplo, muitos estados e países estão hoje discutindo o banimento de câmeras de reconhecimento facial para o uso no espaço público. Isso deve ser discutido seriamente no país, já que estão sendo implementadas e já utilizadas em muitos estados da federação sem estudos prévios e sem um marco legal claro.

Krishma Carreira: Existem algumas iniciativas que lutam por transparência e prestação de contas algorítmicas. Fora do Brasil, esse movimento é mais forte, principalmente na Europa. Aqui já temos iniciativas importantes como a Transparência Brasil. O senhor é otimista em relação à conquista dessa transparência e da prestação de contas? E acredita ser possível acelerar esse processo? Como?

André Lemos: Os sistemas de transparência pública como Transparência Brasil são fundamentais. A democracia digital avança e devemos ampliar ainda mais. Mas há muitos desafios. É importante, como aponteí acima,

3 LEMOS, A; DOMINGO, D Journalism and Algorithms - Introduction. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 16, n. 3, , December, 2020. DOI: 10.25200/BJR.v16n3.2020.1390.

compreender a ação do *Infopower* e os modos de formatação da informação. É fundamental ampliar sistemas de auditoria dos sistemas digitais, de transparência de informação, de segurança e proteção dos dados pessoais em sistemas de uso público. Deve-se pensar em formas concretas para garantir a soberania

digital, evitando enviar dados de brasileiros para sistemas de outros países para uso de IA ou de *cloud computing* em empresas estrangeiras... Há muitos desafios e estamos hoje vivendo um retrocesso no que se refere à falta de políticas públicas consistentes nessas áreas e para inteligência artificial.

Data de recebimento: 30/09/2021

Data do aceite: 1/10/2021

Dados dos autores:

André Luiz Martins Lemos

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5586679333125539>

É Professor Titular da Faculdade de Comunicação (UFBA) e pesquisador nível 1A do CNPq. Coordenador do Lab 404 - Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço. Áreas de pesquisa: Teoria da comunicação, Teoria Sociológica, Filosofia e Sociologia da Técnica, Cibercultura, Cidade e Tecnologias de Comunicação e Informação.

Krishma Anaísa Coura Carreira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9290320751656429>

Professora do Curso de Jornalismo da FAPCOM. Jornalista, doutoranda com bolsa da Capes, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).